

Políticas de inovação, gestão da água e sistemas agroalimentares

Iván G. Peyré Tartaruga, CEGOT/UP, itartaruga@letras.up.pt

Resumo

Atualmente, os problemas relacionados ao acesso e ao uso da água nos sistemas agroalimentares são um dos grandes desafios que a sociedade global enfrenta. Problemática alargada pelas mudanças climáticas em curso de modo variado em termos espaciais e temporais; excesso de água, como em enchentes, de um lado, e a escassez da mesma, em secas, de outro. Além disso, os recursos hídricos e a produção agroalimentar estão interligados com a geração e o uso de energia; conhecido como nexo água-energia-alimento. Enquanto, a energia é necessária para a distribuição de água e a produção de alimentos, ao mesmo tempo, os recursos hídricos podem ser fontes de energia. Efetivamente, a agricultura consome em torno de 70% de água utilizada pela humanidade em nível global e a produção alimentar, aproximadamente, 30% da energia consumida no mundo.

Esse nexo (água-energia-alimento) é o foco principal deste trabalho no sentido de destacar as tecnologias para a gestão dos recursos hídricos, nomeadamente, as inovações técnicas necessárias para enfrentar os problemas anteriores. Nesse âmbito estão as diferentes tecnologias de (re)utilização eficiente da água, de drenagem, de irrigação (gotejamento, sistemas hidropónicos, etc.), de adaptação às mudanças de precipitação, dentre outras.

O objetivo deste estudo é mostrar as alternativas de políticas de inovação para a gestão dos recursos hídricos dentro do escopo da sustentabilidade ambiental. Tal objetivo possui como quadro teórico as transições sociotécnicas, ou seja, o conjunto de transformações tecnológicas que podem alterar a sociedade de modo significativo a partir não somente de seus aspetos tecnológicos, mas também económicos e sociais. De modo a ressaltar os ativos e recursos específicos regionais, essenciais para este debate, a investigação utiliza o contributo dos sistemas regionais de inovação (SRI).

O trabalho aborda três tipos de políticas de inovação: as orientadas a missões, as transformativas e as holísticas. As políticas de missões dizem respeito a ações estratégicas de promoção da inovação a partir de uma ação governamental com um objetivo (missão) claro de desenvolvimento intersectorial, portanto, essencialmente de aspeto *top-down*. As propostas de inovação transformativa, semelhante a anterior, buscam cumprir uma missão pública, porém, de um modo *botton-up*. Por seu turno, a perspectiva holística tenta integrar todas as ações públicas que podem influenciar o processo de inovação.

Os resultados da discussão apontam que, apesar das semelhanças entre eles, os diferentes tipos de políticas aportam contributos diferenciados para enfrentar a problemática relacionada à gestão das águas no âmbito dos sistemas agroalimentares. Além disso, tais aportes podem auxiliar na construção de sistemas regionais de inovação inclusiva. Essas estruturas de fomento à inovação estariam direcionadas ao auxílio ou participação de estratos sociais excluídos, sobretudo, nas áreas rurais, como agricultoras e agricultores familiares. Por fim, o conjunto de contributos destacam a importância de considerar essas políticas no quadro dos respetivos sistemas socioeconómicos

(demografia, economia, sistema alimentar, comportamento do consumidor, tecnologia, cultura, políticas e instituições).

Palavras-chave

Recursos Hídricos; Políticas de Inovação; Sistemas Regionais de Inovação; Inovação Inclusiva